

PROCESSO Nº 3388/2018

EDITAL
CHAMADA PÚBLICA 001/2018

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, através do GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS, torna público, a quem possa interessar que, em obediência ao que preceitua a Lei Nº 8.666/93, Lei 11.947, nas Resoluções CD/FNDE nº38/2009, \ 26/2013 e Resolução nº 04/2015, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar **CHAMADA PÚBLICA**, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes nº 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e nº 02 – PROPOSTA e PROJETO DE VENDAS até **04 de abril de 2018, às 14:00 hs**, no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, situado à Rua General Bacelar nº 264, 2º Andar, Centro, Nesta, onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o cadastramento de grupos formais e informais de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em cooperativas e/ou associações, para aquisição de gêneros alimentícios destinados ao preparo da merenda nas escolas de Rede Municipal de Ensino e Creches conforme Anexos.

1.1.1. Todas as despesas decorrentes de fretes, impostos e taxas, correrão por conta da licitante vencedora.

1.2. TABELA DE PREÇOS MÉDIOS DE PESQUISA DE MERCADO.

				Valor	
Nº	Unid	Quant	Descrição	Unitário R\$	Total R\$
01	Kg	21.000	Arroz parbolizado, pacote 5kg, validade 1 ano.	2,59	54.390,00
02	Kg	3.000	Carne em cubos de 1ª, pacote 1kg, validade 1 ano.	27,90	83.700,00
03	Kg	4.000	Carne em tiras de 1ª, pacote 1kg, validade 1 ano.	27,90	111.600,00
04	Kg	3.000	Carne moída de 1ª, pacote 1kg, validade 1 ano.	25,80	77.400,00
05	Kg	4.000	Carne suína em cubos, pacote 1 kg, validade 1 ano.	18,10	72.400,00
06	Unid	1.000	Doce de Frutas, Goiaba, pote 400g, validade 1 ano.	6,10	6.100,00
07	Unid	1.000	Doce de Frutas, Uva, pote 400g, validade 1 ano.	7,17	7.170,00
08	Unid	1.000	Doce de Leite com Chocolate, pote 400g, validade 1 ano.	6,60	6.600,00
09	Unid	2.000	Doce de Leite industrializado, pote 400g, validade 1 ano.	4,60	9.200,00
10	Kg	700	Farinha de milho média, pacote 500g, validade 6 meses.	2,03	1.421,00
11	Kg	2.800	Farinha de trigo especial, pacote 1kg, validade 4 meses.	1,63	4.564,00
12	kg	600	Feijão carioca, tipo 1, pacote 1kg, validade 6 meses	5,35	3.210,00
13	Kg	12.000	Feijão preto, tipo 1, pacote 1kg, validade 6 meses.	4,71	56.520,00
14	Kg	15.000	Leite em Pó integral, pacote 1kg, validade 1 ano	18,77	281.550,00
15	Lt	15.000	Leite longa vida integral, tetra pak 1litro, validade 4 meses.	2,40	36.000,00
16	Kg	600	Milho de pipoca, tipo 1, pacote 500kg, validade 6 meses.	3,60	2.160,00

17	Unid	9.000	Óleo de soja, embalagem pet 900ml, validade 1 ano.	3,45	31.050,00
18	Kg	4.000	Pescado, em filé , IQF, pacote 1kg, validade 1 ano.	24,80	99.200,00
19	Kg	500	Queijo lanche fatiado, pacote 1kg, validade 90 dias.	25,14	12.570,00
20	Unid	4.000	Requeijão cremoso, pote 200g, validade 75 dias.	3,43	13.720,00
21	Lt	6.000	Suco de Uva Branco Integral, garrafa 1 a 2 lt, validade 2 anos.	11,60	69.600,00
22	Lt	3.000	Suco de Uva Tinto Integral, garrafa 1 a 2lt, validade 2 anos.	11,95	35.850,00
23	Kg	126	Abóbora	3,23	406,98
24	Kg	36	Alface	4,03	145,08
25	Kg	70	Batata doce	3,68	257,60
26	Kg	192	Beterraba	4,26	817,92
27	Kg	240	Brócolis	4,50	1.080,00
28	Kg	483	Cebola	3,97	1.917,51
29	Kg	360	Cenoura	3,98	1.432,80
30	Kg	128	Couve	3,56	455,68
31	Kg	240	Couve flor	4,99	1.197,60
32	Kg	90	Espinafre	4,00	360,00
33	Kg	60	Melão	4,00	240,00
34	Kg	144	Morango	13,00	1.872,00
35	Kg	54	Rabanete	5,00	270,00
36	Kg	108	Repolho	3,35	361,80
37	Kg	36	Rúcula	4,00	144,00
38	Kg	18	Tempero verde	10,55	189,90
39	Kg	442	Tomate	5,79	2.559,18
40	kg	84	Vagem	7,54	633,36

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Chamada Pública os Grupos Formais e Informais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em cooperativas e/ou associações, detentores da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP -Jurídica), conforme a Lei da Agricultura Familiar nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e que atendam a todas as exigências constantes deste Edital.

3. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

Os envelopes deverão ser apresentados em dois invólucros, a saber:

DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

A documentação de habilitação será apresentada em 01 (uma) via e a proposta e Projeto de Vendas também em 01 (uma) via original, na data, hora e local indicado no aviso deste Edital, os interessados apresentarão os envelopes fechados e indevassáveis, no GCLC – GABEX, situado na Rua General Bacelar nº 264, 2º Andar, Centro, Nesta, com os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVÓLUCRO Nº 01: CHAMADA PÚBLICA 001/2018
PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO

**PREPARO DE MERENDA ESCOLAR.
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE:**

**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVÓLUCRO Nº 02: CHAMADA PÚBLICA 001/2018
PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO
PREPARO DE MERENDA ESCOLAR.
PROPOSTA E PROJETO DE VENDA
PROPONENTE:**

4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

a) GRUPOS FORMAIS

4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.1.1. Cópia do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade, devidamente Registrados na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica.

4.2. HABILITAÇÃO FISCAL

4.2.1. Alvará de localização e funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal da Jurisdição Fiscal do estabelecimento da licitante.

4.2.2. Certificado de Regularidade com o FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.

4.2.3. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, na jurisdição Fiscal do estabelecimento da licitante.

4.2.4. Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180(cento e oitenta) dias contados da sua emissão.

4.2.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

4.2.6. Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP Jurídica), para associações e/ou cooperativas, emitido nos últimos 60 (sessenta) dias.

4.2.7. Apresentação da Licença Sanitária Estadual ou Municipal.

4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

4.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da Justiça do domicílio da sede do licitante em data não anterior a 90 (noventa) dias da data da entrega dos envelopes de documentação e proposta.

4.4. DECLARAÇÕES:

4.4.1. Declaração, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso V do art.27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1983, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

4.4.2. Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) exercente de cargo, função ou emprego na Administração Pública Municipal.

4.4.3. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados; e

4.4.4. Declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados.

b) GRUPOS INFORMAIS

4.5. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

4.6.- Extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

4.7.- o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes;

4.8 DECLARAÇÕES

4.8.1. Declaração, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso V do art.27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1983, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

4.8.2. Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) exercente de cargo, função ou emprego na Administração Pública Municipal.

4.8.3. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados.

4.9. AUTENTICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE

4.9.1 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em uma única via:

- a) em original (não serão devolvidos);
- b) por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo (a) Pregoeiro ou por membro da Comissão;
- c) ou publicação em órgão da imprensa oficial;
- d) vedada sua apresentação através de cópia produzida via fax ou cópia ilegível;
- e) os documentos que forem emitidos via Internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites.

4.9.2. É vedada a apresentação de documentos através de cópia produzida via fax ou cópia ilegível. Os documentos que forem emitidos via Internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites.

4.10. Os documentos que não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor somente serão válidos desde que tenham sido expedidos, no máximo, dentro dos 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para o recebimento dos envelopes, deste Edital.

4.11. Será inabilitado o licitante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital.

5. DA PROPOSTA (PROJETO DE VENDA)

As propostas deverão ser apresentadas da seguinte maneira:

5.1. Proposta comercial indicando o valor unitário e total, por item, em algarismos, de forma clara e precisa, assinada pelo licitante ou seu representante legal, sem emendas e rasuras, Anexo I.

5.2. Deverá acompanhar a Proposta o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios para Alimentação Escolar (Anexo II).

5.2.1. Será obrigatório o preenchimento do Campo IV do Projeto de Vendas Anexo II.

5.2.2. O não cumprimento do Item 5.2.1. acarretará em desclassificação.

6. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA, DO JULGAMENTO E DA HOMOLOGAÇÃO

6.1. DO RECEBIMENTO

6.1.1. Os invólucros, na forma deste Edital, serão recebidos até **04 de abril de 2018 às 14;00 hs**, no Gabinete de Compras Licitações, e Contratos, na Rua General Bacelar nº 264, 2º Andar, Centro, Nesta, sendo que após este prazo, não serão mais aceitos em hipótese alguma.

6.2. DA ABERTURA

6.2.1. A Comissão de Licitação fará a abertura dos envelopes no dia **04 de abril de 2018, às 14;00 hs**, bem como a avaliação e aprovação da documentação apresentada e propostas.

6.2.2. Declarados os vencedores habilitados, qualquer participante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias corridos** para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais participantes, desde logo, intimadas a apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, mediante solicitação oficial.

6.2.3. A falta de manifestação imediata e motivada do participante quanto ao resultado do certame, importará preclusão do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

6.2.4. Os recursos devem ser encaminhados ao Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, na forma e nos prazos previstos na Lei Federal nº 8.666/93, sendo anexado(s) ao processo de licitação.

6.5. DO JULGAMENTO

Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País.

6.5.1 Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

- a) o grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos;
- b) o grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País;
- c) o grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País;

6.5.2 Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

a) os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

b) os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

c) os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física);

6.5.3 Caso não se obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, de acordo com os critérios de seleção e priorização estabelecidos nos 6.5.1 e 6.5.2.

6.5.4 Para efeitos do disposto neste artigo, serão considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50% 1 (cinquenta por cento mais um) dos associados/cooperados das organizações produtivas, no caso do grupo formal, e 50% 1 (cinquenta por cento mais um) dos fornecedores agricultores familiares, no caso de grupo informal, conforme identificação na(s) DAP(s).

6.5.5 No caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, em referência ao disposto no item 6.5.2, terão prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas -, conforme identificação na(s) DAP(s).

6.5.6 No caso de empate entre Grupos Formais, em referência ao disposto no item 6.5.2, alínea “c”, terão prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/ cooperados, conforme DAP Jurídica.

6.5.7 Em caso de persistência de empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

6.5.8. Não serão recebidas documentações e projeto de vendas fora do prazo estabelecido neste Edital.

6.5.9. Na definição dos preços para a aquisição dos gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e dos Empreendedores Familiares Rurais, a Comissão Julgadora considerará os Preços de Referência (preço médio) pesquisados em âmbito local.

6.6. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.6.1. Serão consideradas as propostas classificadas, que preencham as condições fixadas nesta Chamada Pública.

6.6.2. Cada grupo de fornecedores (formal) deverá obrigatoriamente, ofertar sua quantidade de alimentos, com preço unitário, observando as condições fixadas nesta Chamada Pública.

6.6.3. A Comissão de licitação classificará as propostas, considerando-se a ordenação crescente dos valores.

7. DAS AMOSTRAS

7.1. Os licitantes com Projetos de Vendas aprovados para os itens nº 01 ao 22, deverão fornecer 02(duas) amostras dos produtos, identificados com o nome do fornecedor, em embalagem conforme o solicitado, para degustação, análise do aspecto físico, **até 03 dias úteis posteriores a abertura da licitação** na RS 734, Avenida Itália nº 1732 – A, entrada pela Rua São José do Norte, Vila Maria José, CEP 96.203.030, no horário das 08:00 hs às 12:00 hs e das 13:00 hs as 17:00 hs. Não serão aceitas amostras fora de data e horário estipulados.

7.1.1. Os procedimentos para apresentação das amostras estão contidos no termo de referência.

8. DA ENTREGA

8.1. As entregas referentes aos produtos devem ser feitas conforme estipulado no termo de referência e nos cronogramas anexo ao edital.

9. DO PAGAMENTO E DO CONTRATO

9.1. O pagamento será efetuado mediante Documento Fiscal Correspondente que deverá ser expedido na data da entrega dos produtos, das quantidades efetivamente entregues.

9.2. O prazo de vigência do(s) contrato(s) oriundo(s) do presente Processo Licitatório terá vigência até entrega total dos produtos adquiridos, conforme cronograma de Entregas.

10. DAS PENALIDADES

10.1. Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, a saber:

a) Advertência;

- b) Multa administrativa equivalente a 10% (dez por cento), do valor do Contrato;
- b1) A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela contratante ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- c) Suspensão Temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perduraram os motivos determinantes de punição.

11. DA RESCISÃO

11.1. A falência provocará a rescisão de pleno direito do contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

11.1.1. A ausência de comprovação mensal da regularidade nos pagamentos dos encargos trabalhistas, sociais, impostos municipais e taxas, implicarão em imediata suspensão do contrato.

11.2. Igualmente, constituirão motivos para rescisão do contrato:

11.2.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. O presente edital deverá ser retirado no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, situado à Rua General Bacelar nº 264, 2º Andar, Centro, Nesta, ou solicitado pelos fones 53 3233.8417/3233.6060.

12.2. As informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas no GCLC – GABEX (fone 3233.6060 ou 3233.8417) ou na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, até o terceiro dia útil imediatamente anterior àquele marcado para a entrega dos documentos de habilitação e propostas.

12.2.1. Fazem parte integrante deste Edital, os seguintes elementos:

- Anexo I - Modelo de Proposta;
- Anexo II - Projeto de venda;
- Anexo III e III a - Cronograma de Entregas;
- Anexo IV – Termo de referência.
- Anexo V - Declaração de não emprego de menor;
- Anexo VI - Declaração de não emprego de funcionário Público;

Anexo VII - Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;

Anexo VIII - Declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados;

Anexo IX - Minuta de Contrato.

12.3. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação e não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

12.4. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

12.5. Onde este Edital for omissos prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.

12.6. O Foro competente para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Rio Grande, com exclusão de qualquer outro.

Rio Grande, 27 de fevereiro de 2018.

Ademir Giambastiani Casartelli
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.